



Plenária: Plenária Estadual

Salvador, 13/12/2007 a 15/12/2007

Propostas Para os Colóquios

PROPOSTAS SELECIONADAS

1 O PDE e as Ações Articuladas

Garantir a implantação e/ou o fortalecimento do PDE em todas as escolas públicas, de forma articulada com o PPP, o Regimento Escolar e as leis que regem a educação, objetivando ações que possibilitem uma gestão democrática e participativa, com foco na aprendizagem do aluno e na valorização dos trabalhadores da Educação
(Consensual)

Financiar as ações do PDE das escolas públicas independente de seu porte e dos resultados de avaliações educacionais externas - estaduais e nacionais.

(Consensual)

Criar e assegurar mecanismos efetivos de monitoramento das ações do PDE através de conselhos escolares e dos conselhos Municipal e Estadual de educação.

(Consensual)

3 Sistema Nacional de Avaliação

REALIZAR NAS ESCOLAS INDÍGENAS AS AVALIAÇÕES DA PROVA BRASIL E SAEB, ALEM DE EMCAMINHAR OS RELATORIOS IMPRESSOS (DIVULGANDO OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES CONSTANDO A RELAÇÃO ENTRE O DESEMPENHO DOS EDUCANDOS E AS VARIÁVEIS DO QUESTIONARIO SOCIO-ECONOMICO) A TODAS AS UNIDADES ESCOLARES, PRINCIPALMENTE AQUELAS LOCALIZADAS EM AREAS MAIS ISOLADAS GEOGRAFICAMENTE, INDEPENDENTE DE TER PARTICIPADO DA AMOSTRA.

(Consensual)

INCLUIR A 6 SERIE (OU SETIMO ANO) NA PROVA BRASIL BUSCANDO ACOMPANHAR O DESEMPENHO EM UMA SERIE MEDIANA E AMPLIAR A AMOSTRA DAS AVALIAÇÕES DO SAEB, COMO: TERCEIRO ANO DO ENSINO MEDIO COM POSSIBILIDADE DE TORNAR-SE CENSITARIA.

(Consensual)

DESENVOLVER UM PROCESSO DE AVALIAÇÃO A PARTIR DA INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E PRIVADA, EM TODOS OS SEGMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BASICA DA BAHIA. RESPALDADA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE GESTORA E DOCENTES PARA UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS COMO SUBSIDIOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO.

(Consensual)

5 Autonomia Financeira e Administrativa na Gestão das Secretarias Municipais de Educação

CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE TÉCNICOS E GESTORES (FUNCIONÁRIOS EFETIVOS)

CRIAR MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO DAS TRÊS INSTÂNCIAS DE SUPERVISÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES DA EQUIPE DO MEC/SEC

REGULAMENTAR O REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIO, GARANTINDO CAPACITAÇÃO DOS GESTORES E APOIO TÉCNICO NO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

REESTRUTURAR AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PARA QUE ELAS ASSUMAM A FORMAÇÃO CONTINUADA NOS MUNICÍPIOS

FORTALECIMENTO DO PODER LOCAL COM IMPLICAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO, NA AUTONOMIA E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO EMPREENDEDORA

IMPLANTAR/IMPLEMENTAR O PROCESSO DE AUTONOMIA NAS UNIDADES ESCOLARES, CONSIDERANDO A CARÊNCIA DE FORMAÇÃO PARA EMPREENDEDORISMO DOS DIRIGENTES E O ACÚMULO DE PAPEIS (FINANCEIRO, PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO) ESTABELECEndo ETAPAS E PRAZO

DESVINCULAR O VALOR ALUNO NA ADOTAÇÃO DE RECURSOS FUNDEB

GARANTIR AUTONOMIA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NA DISTRIBUIÇÃO, NA INGERENCIA, NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E NO ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE SUA DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLAS

PROMOVER CAPACITAÇÃO PARA GERENCIAMENTO DE FUNDO PRÓPRIO PARA A EDUCAÇÃO

FORMAR UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E JUSTIÇA JUNTO À PROMOTORIA PÚBLICA PARA GARANTIR QUE AS LEIS SEJAM CUMPRIDAS EFETIVAMENTE NO ÂMBITO DA AUTONOMIA FINANCEIRA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

(Consensual)

CRIAÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Consensual)

GARANTIR ASSESSORIA TÉCNICO FINANCEIRO, ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

(Consensual)

6 O Setor Privado da Educação na Construção do Sistema Nacional

REGULAMENTAR, CONTROLAR E FISCALIZAR O ENSINO PRIVADO PELO ESTADO.

(Consensual)

INTEGRAR O ENSINO PRIVADO NO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

(Consensual)

INSTITUIR PLANO DE CARREIRA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ENSINO PRIVADO.

(Consensual)

ARTICULAR SEC, SEED MUNICIPAIS E REDE PRIVADA NA INSERÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PRIVADA EM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA COM FINANCIAMENTO PELA ESCOLA PRIVADA.

(Consensual)

IMPLANTAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA ATUAR NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, SALAS DE APOIO E SALAS MULTIFUNCIONAIS, INTENSIFICANDO O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL GARANTINDO O ATENDIMENTO À DEMANDA DE TODAS AS REGIÕES DO ESTADO, BEM COMO ACESSO E PERMANENCIA DO EDUCANDO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO BÁSICO E PROFISSIONALIZANTE

(Consensual)

INCLUIR NO CURRÍCULO DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR: LIBRAS E BRAILLE COMO DISCIPLINAS OBRIGATORIAS

(Consensual)

CRIAÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, SALAS MULTIFUNCIONAIS E DE APOIO POR DIREC; ADEQUANDO TODAS AS ESCOLAS DO PONTO DE VISTA FÍSICO, MATERIAL E DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS, GARANTINDO O ATENDIMENTO POR ESPECIFICIDADE DE CADA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

(Consensual)

CRIAÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO COM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR(NEUROLOGISTA,PEDAGOGOS ESPECIALIZADOS,PSICOLOGO,PSIQUIATRA,PSICOPEDAGOGO,,PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA,FONAUDIÓLOGO,FISIOTERAPEUTA,TERÂPEUTA OCUPACIONAL,ASSISTENTE SOCIAL,NUTRICIONISTA)MANTIDO E CRIADO PELO PODER PÚBLICO COM FUNCIONAMENTO DE APOIO A ESCOLA REGULAR.

CRIAÇÃO DE UMA TURMA EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)PARA ATENDER O PÚBLICO EXCEPCIONAL E "NORMAL" NO TURNO DIURNO,ONDE OCORRA DE FATO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA O TRBALHO COM CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

ADAPTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARA DAR ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM EXCEPCIONALIDADE.

- 10 Gestão Democrática das Escolas e dos Sistemas de Ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação

Descentralização dos recursos financeiros e da administração no sistema educacional com a garantia de fiscalização efetiva e sistemática pelos Conselhos de Educação

(Consensual)

Formação continuada dos gestores focada na gestão democrática e participativa da escola, dando uma atenção especial ao segmento Pais de Alunos para que seja viabilizado um Conselho de Pais com um espaço garantido para reunião nas escolas

(Consensual)

Garantir a simultaneidade de três propostas, a saber, eleição direta para Diretores e Vice-diretores (Diretores administrativos e financeiros) para toda a unidade escolar, tendo a formação de conselhos escolares, e capacitação para os conselheiros e diretores.

(Consensual)

- 11 As Tecnologias e Conteúdos Multimidiáticos na Educação Básica

INCLUSÃO DE ALUNOS COM ESTÁGIO REMUNERADO PARA MEDIAR O USO DAS TECNOLOGIAS NA COMUNIDADE ESCOLAR.

(Consensual)

ESTABELECEER UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA COMUNIDADE EDUCATIVA PRIORIZANDO O USO DE TECNOLOGIAS LIVRES.

(Consensual)

AMPLIAR O ATENDIMENTO DOS NTES, INCLUINDO OS MUNICÍPIOS, PARA QUE AS TECNOLOGIAS SEJAM DISSERMINADAS NAS ESCOLAS, NO SENTIDO DA COMUNIDADE ESCOLAR SE APROPRIAR DA LINGUAGEM DIGITAL, INCLUSIVE, DANDO SUPORTE AOS PROJETOS DAS ESCOLAS QUE ENVOLVAM NOVAS TECNOLOGIAS.

(Consensual)

12 Educação Infantil em Novas perspectivas

GARANTIR A INFRA-ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA MANTER E AMPLIAR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DO ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

(Consensual)

ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM DIREITO, BEM COMO GARANTIR A ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS ADEQUADOS ÀS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDENDO TAMBÉM AS ORIENTAÇÕES DA LEI Nº 10.639/03.

(Consensual)

GARANTIR POLITICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO PARA A FORMAÇÃO, A QUALIFICAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL, BEM COMO PARA A ADEQUAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

(Consensual)

CRIAÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DA EDUCAÇÃO POR NÚCLEO.

REDUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS PARA 20 NAS TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROMOÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS(DANÇA,TEATRO,MÚSICA,ARTES PLÁSTICA)NO CONTRATURNO.

13 Ensino Médio Integrado e Educação Profissional

2- CRIAR UM PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES E CORPO TÉCNICO DA EPT.

(Consensual)

3- ENCAMINHAR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROJETO DE LEI PARA CRIAÇÃO DE UM PROJETO ESTADUAL PERMANENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CONTEMPLANDO INCENTIVO FISCAIS ÀS EMPRESAS QUE INVISTAM EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

(Consensual)

1- EXPANSÃO DA EPT NO ESTADO DE FORMA INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA. CONTEMPLANDO OS ARRANJOS PRODUTIVOS DAS REGIONAIS.

(Consensual)

IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS, BEM COMO ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO E AS SECRETÁRIAS DE EDUCAÇÃO E GARANTIA DO ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO POR ESTAS SECRETÁRIAS NA EFETIVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

(Consensual)

FORTELECIMENTO DA POLÍTICA DE LEITURA PELAS 3 ESFERAS ESP.

IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS

GARANTIA DA EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS DO ALUNO COM IDADE E CONHECIMENTO PARA O INGRESSO NO SEGUNDO ANO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS, BEM COMO ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS ESCOLARES E RECURSOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DA CRIANÇA

(Consensual)

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS PARA ATUAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS COM FOCO NA AVALIAÇÃO, NA APRENDIZAGEM E NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL, BEM COMO INSTITUIÇÃO DE FÓRUNS PERMANENTES TERRITORIAIS DE DISCUSSÃO E TROCAS DE EXPERIÊNCIAS PARA CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS E FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE LEITURA NO ÂMBITO DAS 3 ESFERAS DE GOVERNO.

(Consensual)

FÓRUNS PERMANENTES TERRITORIAIS DE DISCUSSÃO E TROCAS DE EXPERIÊNCIAS PARA AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

GARANTIA DA EQUIVALÊNCIA DE ESTUDO PARA ADAPTAÇÃO DO ALUNO COM IDADE E CONHECIMENTO PARA O INGRESSO NO SEGUNDO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL BEM COMO ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOESCOLARES PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DA CRIANÇA

15 Educação de Jovens e Adultos

CRIAR E ASSEGURAR POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS NA EJA QUE GARANTAM O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DESSE PÚBLICO NA ESCOLA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE.

(Consensual)

GARANTIR A CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS CURRICULARES DA EJA QUE LEVE EM CONTA AS ESPECIFICIDADES LOCAIS RESPEITANDO AS DIVERSIDADES (GÊNERO, RAÇA, CREDO, FAIXA ETÁRIA, ETC) E INSERINDO A OFERTA DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE.

(Consensual)

GARANTIR A OFERTA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA EJA.

TRATAR A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO AÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA E NÃO COMO PROGRAMAS ISOLADOS.

(Consensual)

GARANTIR A OBRIGATORIEDADE DA PARTICIPAÇÃO DO DOCENTE DA EJA EM FORMAÇÃO CONTINUADA.

ACRESCENTAR À GRADE CURRICULAR DA EJA AS DISCIPLINAS DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA, TOTALIZANDO ASSIM 25 HORAS/AULA SEMANAIS.

16 Função Social da Escola

REESTRUTURAR O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESCOLAR, CONTEMPLANDO A VALORIZAÇÃO DA VIDA, PRIVILEGIANDO AS DIVERSIDADES E PLURARIDADES DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS, DE CULTURA, RAÇA, ETNIAS, GÊNEROS, POSIÇÃO POLÍTICA-IDEOLOGICA, ORIENTAÇÃO SEXUAL, CREDOS, INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

(Consensual)

INTENSIFICAR E APRIMORAR OS MEIOS DE INTERAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E ESCOLA FORTALECENDO A ATUAÇÃO DOS PAIS E DEMAIS MEMBROS REPRESENTATIVOS DA SOCIEDADE. DESENVOLVENDO INSTRUMENTOS LEGAIS QUE ORIENTEM ESSAS RELAÇÕES, PROPORCIONANDO PROCESSOS FORMATIVOS QUE QUALIFIQUEM ESSA PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES PEDAGÓGICAS.

(Consensual)

CRIAÇÃO DE UM FORUM PERMANENTE PARA DISCUSSÕES E APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES PERTINENTES AS POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE.

(Consensual)

17 Ampliação do Tempo Escolar

ELABORAR UM CURRÍCULO ADEQUADO À PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL, PAUTADO NO PRINCÍPIO DA TRANSDISCIPLINARIDADE, OBJETIVANDO A DIMENSÃO EMANCIPATÓRIA DO EDUCANDO.

(Consensual)

CONCEBER UMA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL, TANTO PARA OS ALUNOS COMO PARA OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO, REPENSANDO OS ESPAÇOS EDUCATIVOS, UTILIZANDO OUTROS ESPAÇOS SOCIAIS (DENTRO E FORA DA ESCOLA), PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO INTEGRAL DO EDUCANDO.

(Consensual)

INVESTIR NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO, NO ÂMBITO DO PRÓPRIO ESPAÇO EDUCATIVO, CONTEMPLANDO UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL DE TEMPO INTEGRAL COM A GARANTIA EFETIVA DE FINANCIAMENTO PARA A AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR.

(Consensual)

18 Educação Transdisciplinar

DESENVOLVER POLÍTICAS PARA CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESTUDOS E DE PRÁTICA DA EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR.

(Consensual)

INVESTIMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA NA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA CONTINUADA, EM EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

(Consensual)

TRANSFORMAR EM LEI O USO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO TRANSDISCIPLINAR (60% SALA DE AULA E 40% EM FORMAÇÃO DO PROFESSOR).

(Consensual)

19 Ensino de Filosofia e Sociologia

QUE O GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA ATRAVES DA SECRETARIA DE EDUCACAO ESTABELECA PARCEIRIAS E CONVENIOS COM INSTITUICAO DE ENSNO SUPERIOR PARA OFERECER CURSOS DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA E SOCIOLOGIA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUEM COMO PROFESSOR DESTA AREA MAS NAO POSSUEM LICENCIATURA E GARANTA CURSOS DE FORMACAO CONTINUADA PARA OS LICENCIADOS EM FILOSOFIA E SOCIOLOGIA.

(Consensual)

COMPLEMENTAR BIBLIOTACAS ESCOLARES COM LIVROS E REVISTAS E OUTROS QUE POSSAM FUNDAMENTAR OS ESTUDOS FILOSOFICOS E SOCIOLOGICOS, CRIANDO PARCERIAS ENTRE O ESTADO E O MUNICIPIO.

(Consensual)

OBRIGATORIEDADE DAS DISCIPLINAS SOCIOLOGICAS E FILOSOFICAS NAS TRES SERIES DO ENSINO MEDIO.

(Consensual)

20 Rede de TVs Públicas no Brasil e a TV Anísio Teixeira

A Tv Anísio Teixeira será produto da ação de professores, alunos, pais e comunidade que transita pela Escola, para criar um canal de formação, informação e interatividade na educação baiana.

(Consensual)

Será estimulada a produção regional, a expressão das culturas locais e a divulgação de experiências educativas exitosas. A Tv Anísio Teixeira estará assim articulada com o Portal da Educação Baiana na internet.

(Consensual)

Criar mecanismos de financiamento para a produção de documentários e materiais de cunho regional e cursos de formação de professores sobre a história recente do Brasil e as expressões culturais locais.

(Consensual)

REVER A POSSIBILIDADE DE INTEGRAR A PARTICIPAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO CONSELHO DE SAÚDE OU DA ÁREA DE SAÚDE, ASSIM TAMBÉM COMO UM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO COLEGIADO ESCOLAR NO SENTIDO DE IMPLEMENTAR ATIVIDADES DE SAÚDE EDUCACIONAL E DIREITOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.

INTEGRAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SAÚDE E EDUCAÇÃO COMO FORMA DE IMPLEMENTAR O PROJETOS DE PREVENÇÃO OU DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS PARASITÁRIAS NAS COMUNIDADES, SOBRE TUDO NAS MAIS CARENTES.

PREPARAR MULTPLICADORES NA COMUNIDADE VISITADA PARA ANDAMENTO AOS PROJETOS DE SAÚDE.

(Consensual)

ESTABELECE PARCERIAS ENTRE AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE COM A FIOCRUZ PARA A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SÓCIO EDUCATIVOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

IMPLANTAR NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMAS PERMANENTES DE INCENTIVO A PESQUISA, ASSOCIANDO-A A UM ENSINO GARANTINDO RECURSOS TECNOLÓGICOS E HUMANOS.

(Consensual)

QUE O PROJETO CIÊNCIA NA ESTRADA SEJA IMPLANTADO NOS MUNICÍPIOS, PRINCIPALMENTE ONDE A SAÚDE TEM MAIS DIFICULDADE DE ATUAÇÃO.

CRIAR DISPOSITIVO LEGAL QUE GARANTA QUE A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA SEJA APLICADA EXCLUSIVAMENTE DENTRO DA PRÓPRIA UNIDADE DE ENSINO.

FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO, RESPEITANDO AS DIVERSIDADES TERRITORIAIS, LEVANDO EM CONTA AS DIVERSAS EXPERIÊNCIAS JÁ EXISTENTES PARA ALÉM DA SALA DE AULA.

INCLUIR NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A HISTÓRIA DA DOCÊNCIA ENQUANTO ESPAÇO DE LUTA, FORMANDO SUA CONCIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO SOCIAL COLETIVA.

DIMINUIR CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS PARA 20 HORAS PARA O PROFESSOR QUE PARTICIPA DA FORMAÇÃO INICIAL SEM PERDA SALARIAL, BEM COMO CRIAR DISPOSITIVO LEGAL QUE GARANTA QUE A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA SEJA APLICADA DENTRO DA PRÓPRIA UNIDADE DE ENSINO.

(Consensual)

AValiação PERIÓDICA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ATRAVÉS DE CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ARTICULAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES ATENDENDO ÀS DIVERSIDADES DE ENSINO.

(Consensual)

AMPLIAR A OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSO E STRICTU SENSO COM OS POLOS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, EM ARTICULAÇÃO COM TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO, COMO FORMA DE GARANTIR A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, INCLUINDO NOS CURRÍCULOS DESTES CURSOS DE FORMAÇÃO A HISTÓRIA DA DOCÊNCIA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL COLETIVA.

(Consensual)

23 Avaliação Docente como Instrumento de Valorização

AVALIAR O DESEMPENHO DO PROFESSOR(A) PERIODICAMENTE POR UMA EQUIPE ESPECIALIZADA A QUAL DEVERÁ LEVAR EM CONSIDERAÇÃO OS SEGUINTE CRITÉRIOS: CONDIÇÕES MATERIAIS E INSTITUCIONAIS; PARTICIPAÇÃO DO GESTOR, COLEGAS, ESTUDANTES E PAIS; A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO PROFISSIONAL E SEU RELACIONAMENTO COM O PPP; O COMPROMISSO PARA COM A INSTITUIÇÃO E SUA FORMAÇÃO. NUM PROCESSO TRANSPARENTE E DEMOCRÁTICO. O BOM DESEMPENHO DEVERÁ SER RECOMPENSADO COM A PROGRESSÃO SALARIAL-GRATIFICAÇÃO.

(Consensual)

CRIAR UMA EQUIPE FEDERAL DE ACOMPANHAMENTO QUE ESTRUTURE ADEQUADAMENTE AS COMISSÕES MUNICIPAIS FORMADAS PELOS VÁRIOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE QUE REALIZARÃO A AVALIAÇÃO PERMANENTE DOS DOCENTES DO SISTEMA PÚBLICO E PRIVADO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

(Consensual)

CRIAR E GARANTIR AVALIAÇÃO INTEGRADA ENTRE AS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, PARTINDO DE CRITÉRIOS PARTICULARIZADOS, CRIANDO UMA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCENTE EM CÂRATER QUALITATIVO.

(Consensual)

24 Funcionários de Escola: Formação e Identidade Profissional

AMPLIAR O PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS FUNCIONARIOS DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL MEDIANTE PARCERIAS

(Consensual)

VALORIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA PARA OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA, DETERMINANDO SEU PERFIL PROFISSIONAL.

(Consensual)

CONSTRUIR POLITICAS PUBLICAS RELACIONADOS AOS FUNCIONARIOS DA ESCOLA.

(Consensual)

25 Valorização: Piso Salarial Profissional e Desenvolvimento na Carreira

POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORE/AS EM EDUCAÇÃO;
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO;
PROFISSIONALIZAÇÃO DOS/AS FUNCIONÁRIOS/AS DE ESCOLA;
JORNADA DE TRABALHO;
FORMAÇÃO TEÓRICA E INTERDISCIPLINAR;
ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA;
GESTÃO DEMOCRÁTICA;
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA;
PLANO DE CARGOS E CAREIRA;
SALÁRIOS DIGNOS/PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL-PSPN
ARTICULAÇÃO ENTRE O MEC, INSTITUIÇÃO FORMADORAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS SISTEMAS DE ENSINO;
POLÍTICA NACIONAL DE AVALIAÇÃO.

(Consensual)

GARANTIR LICENCIATURA INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES QUE ESTÃO NAS ESCOLAS CONSIDERANDO QUE ESTE ATUAL GESTOR É UM PROFESSOR E PODE A QUALQUER MOMENTO VOLTAR A REGÊNCIA DE CLASSE E SE, NÃO LHE FOR GARANTIDA SUA FORMAÇÃO ESTE VOLTARÁ PARA A REGÊNCIA SEM FORMAÇÃO ADEQUADA SEM GRADUAÇÃO.

FORMAR PROFISSIONAIS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO A DISTANCIA, PROFESSORES, LIDERES COMUNITÁRIOS E DIRIGENTES DE ENTIDADES.

VALORIZAR OS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL QUE JÁ POSSUEM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PLANEJAMENTO E EAD PROMOVIDO PELO IAT NA CRIAÇÃO DE PROGRAMAS COM ESSA MODALIDADE DE ENSINO (EAD)

OPORTUNIZAR UMA EDUCAÇÃO CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FORMADOS PELA EAD.

GARANTIR UMA MAIOR CREDIBILIDADE EAD.

CRIAR BOLSAS DE INCENTIVO A PESQUISA ACADÊMICA EM EAD.

CRIAR REDES DE PARCERIA EM ESCOLAS E ENTIDADES COMUNITARIAS COM ATIVIDADES EDUCACIONAIS DOTADA DE ÁUDIO, VIDEO, INTERNET, CONFERENCIA ETC...

(Consensual)

PROMOVER DEBATES SOBRE EDUCAÇÃO A DISTANCIA.

(Consensual)

VIABILIZAR/FINANCIAR A COMPRA DE COMPUTADORES PARA PROFESSORES QUE FAZEM EAD.

(Consensual)

ACRESCENTAR NO CURRÍCULO DA E.A.D A EDUCAÇÃO EMOCIONAL E AS INTERAÇÕES INTRAPESSOAL E INTERPESSOAL.

OFERECER ESTRUTURA PRÓPRIA AOS NTE QUE JÁ EXISTEM, OS EQUIPAMENTOS BÁSICOS QUE AINDA LHE FALTAM E QUALIFICAÇÕES AOS GESTORES AINDA NÃO QUALIFICADOS. (GESTORES DE NÍVEL 1 POR EXEMPLO)

27 Educação Para Todos ao Longo da Vida (I)

PROMOVER UMA INTEGRAÇÃO INTINERANTE ENTRE PAIS E ALUNOS NA COMUNIDADE ESCOLAR CRIANDO UM ESPAÇO FÍSICO DE ATENDIMENTO AOS PAIS;

(Consensual)

IMPLANTAR UM CORPO TÉCNICO PEDAGÓGICO EM CADA ESCOLA INCLUINDO INTERPRETE, PSICOPEDAGOGO E ASSISTENTE SOCIAL COMO TAMBÉM REDUZIR O NÚMERO DE ALUNOS EM SALA DE AULA, OBSERVANDO OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS; E MELHORAR A SUA ESTRUTURA FÍSICA

(Consensual)

REALIZAR ENCONTROS EDUCATIVOS COM A COMUNIDADE ESCOLAR ATRAVÉS DE EVENTOS, GARANTINDO A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AFIM DE MELHORAR O ENSINO DE FORMA INCLUSIVA, ABRINDO ESPAÇO PARA OS PAIS E COMUNIDADE EM GERAL;

(Consensual)

28 Leitura – promoção e formação de mediadores (II)

GARANTIR QUE AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS CUMPRAM EFETIVAMENTE OS SEUS PROJETOS DE EXTENSÃO, PRIORIZANDO AQUELES VOLTADOS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES E MEDIADORES TENDO COMO FOCO AS ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

(Consensual)

MUDAR A PROPOSTA CURRICULAR RESSIGNIFICANDO A LEITURA EM UMA CONCEPÇÃO DIALÓGICA PONDO A CONSCIÊNCIA LOCAL E GLOBAL, PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO EM SUA CONCEPÇÃO INTEGRAL.

CONSTRUIR E REESTABURAR BIBLIOTECAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES, GARANTINDO ATUALIZAÇÕES CONSTANTES DO ACERVO MATERIAL E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL COMPETENTE PARA ATENDER AOS ALUNOS, PROFESSORES E COMUNIDADE DA CIDADE E DO CAMPO.

(Consensual)

ASSEGURAR UM ACERVO BIBLIOGRÁFICO DIRECIONADO AOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS, VISANDO A SUA FORMAÇÃO LEITORA, A PARTIR DOS INTERESSES E NECESSIDADES DE CADA UNIDADE DE ENSINO, LEVANDO EM CONTA AS PECULIARIDADES REGIONAIS.

(Consensual)

TER UM PISCOLOGO UMA VEZ POR MÊS.

REDISCUTIR 200 DIAS LETIVOS QUANTO A QUALIDADE DE ENSINO APRENDIZAGEM ALCANÇADA E A QUANTDADE DE ADOECIMENTOS E AFASTAMENTO DA ATIVIDADE LABORAL BEM COMO DEFINIR OU CARACTERIZAR O SIGNIFICADO DE ANO LETIVO E INCLUIR A RECUPERAÇÃO FINAL E ATIVIDADES AVALIATIVAS.

CRIAR UM ORGÃO FORMADO POR EQUIPE TÉCNICA DE GESTÃO DE PESSOAS (PSICÓLOGOS, ASSISTENTE SOCIAL, ENFERMEIRO, MÉDICO, ADVOGADO.) DENTRO DE CADA UNIDADE DE TRABALHO.

RETORAR A APOSENTADORIA ESPECIAL.

CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE DO PROFESSOR ONDE SE DISCUTE FINANCIAMENTO PARA ESTE FIM E RESPONSABILIZAR OS DIRIGENTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS (SETOR PRIVADO) PELAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DESSES PROFISSIONAIS.

(Consensual)

RECONHECER AS PATOLOGIAS VOCAIS COMO DOENÇA OCUPACIONAL DE PROFESSORES.

(Consensual)

DELIMITAR OS PARÂMETROS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DOCENTE QUE ESTABELEÇA:

- O NÚMERO DE ALUNOS EM SALA
- CONDIÇÕES AMBIENTAIS ADEQUADAS (TEMPERATURA, LUMINOSIDADE, CONDIÇÕES ACUSTICAS)

(Consensual)

GARANTIR O RECESSO PARA DESCANSO NO MEIO DO PERIODO ESCOLAR.

ESTRUTURAR OS SERVIÇOS DE SAÚDE DO TRABALHADOR PARA ATENDIMENTO AO PROFESSOR NAS DIFERENTES ESFERAS DE GOVERNO.

IMPLANTAR COMISSÃO DE SAÚDE NAS ESCOLAS PARA REGISTRO DE PROBLEMAS QUE VENHAM COMPROMETER A SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO.

IMPLANTAR UM SERVIÇO DE FONO POR ÁREA QUE VENHA ATENDER UM NÚCLEO DE ESCOLAS.

**RETORNO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE E TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
MONITORANDO A COMISSÃO DE SAÚDE DA ESCOLA.**

31 Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Criar uma diretoria de educação ambiental na SEC com núcleos no âmbito de cada DIREC, para promover o desenvolvimento da educação ambiental do estado da Bahia articulando a rede pública, privada, e as cooperativas educacionais.

(Consensual)

Criar programas de formação em educação Ambiental para profissionais da educação, articulados com a sociedade civil organizada a nível de capacitação, extensão e pós-graduação, criando um fundo financeiro e material.

(Consensual)

Intensificar os programas de educação ambiental nas escolas de ensino básico com vistas de melhorar a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos que contemplem as diretrizes da educação ambiental.

(Consensual)

Garantir a participação de educadores na construção das diretrizes da Educação ambiental.

IMPLEMENTAÇÃO IMEDIATA DA LEI 10.639/03 COM CONTRATAÇÃO DE EDUCADORES COMPROVADAMENTE APTOS PARA A REGÊNCIA. E O RESGATE DO CONTEÚDO SOBRE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DOS AFRO-DESCENDETES DO BRASIL, POSSIBILITANDO A FORMAÇÃO DOS DEMAIS DOCENTES DA REDE PÚBLICA.

REALIZAR AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COM FOCO NA INTENCIONALIDADE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA E A INTERAÇÃO DAS UNIVERSIDADES COM A COMUNIDADE ESCOLAR

CONSTRUIR UM CURRÍCULO A PARTIR DE UMA AMPLA DISCUSSÃO DE CADA REGIÃO, RESPEITANDO OS PRINCÍPIOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA ONDE TODOS OS SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR POSSAM SER CONTEMPLADOS, BEM COMO, ADEQUAR A PROPOSTA CURRICULAR DAS UNIDADES ESCOLARES ÀS NOVAS DEMANDAS DA SOCIEDADE, VISANDO A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES, À PRÁTICA DA ALTERIDADE, ABORDANDO A INTENCIONALIDADE CURRICULAR

(Consensual)

ASSEGURAR FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PARA OS PROFESSORES, OBJETIVANDO CONSTRUIR UMA PROPOSTA CURRICULAR QUE CONSIDERE A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SABERES DE MODO SIGNIFICATIVO, PERCEBENDO ASSIM, AS INDIVIDUALIDADES DOS EDUCANDOS E A COLETIVIDADE A PARTIR DAS DIMENSÕES: ANTROPOLÓGICAS, SOCIOLÓGICAS, PSICOPEDAGÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS

(Consensual)

INCENTIVAR E GARANTIR A PRODUÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO, PEDAGÓGICO E TEÓRICO CONTEXTUALIZADOS, PARA TODAS AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA

EQUALIZAR A CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM EM PROL DO RESGATE DOS VALORES E FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.

(Consensual)

TRAZER A FAMÍLIA PARA DENTRO DA ESCOLA, FAZENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS E EDUCACIONAIS, CUJOS CONTEÚDOS DEVEM SER DE INTERESSE DA COMUNIDADE PARA QUE HAJA INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA/COMUNIDADE, TORNANDO ASSIM, UM INTERESSE COMUM

34 Educação Indígena

IMPLANTAR 2º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO EM TODAS AS ALDEIAS, ASSEGURANDO NA COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE: INDÍGENAS QUE JÁ CURSAM O NÍVEL SUPERIOR E NÃO INDÍGENAS GRADUADOS VALIDADOS PELAS LIDERANÇAS INDÍGENAS

(Consensual)

GARANTIR A EFETIVIDADE DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES INDÍGENAS EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES ASSEGURANDO TAMBÉM A INCLUSÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR, FAVORECENDO O CONHECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA PARA TODOS OS PROFESSORES DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO.

(Consensual)

CONSTRUIR, AMPLIAR E GARANTIR A MANUTENÇÃO DE ESCOLAS COM INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA AO PROCESSO DE INCLUSÃO (ESPAÇOS INCLUSIVOS, BIBLIOTECAS, QUADRAS POLI-ESPORTIVAS, ENERGIA, LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, SALAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL...), COM INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO CURRÍCULO DE EDUCAÇÃO BÁSICA E OPORTUNIZANDO A TODAS/OS EDUCANDOS/AS A ACESSIBILIDADE AOS SISTEMAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO; RECURSOS PARA A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO, BEM COMO O INCENTIVO À PESQUISA CIENTÍFICA QUE ABORDE A TEMÁTICA RELACIONADA À HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA, AFRO-BRASILEIRA, DOS POVOS INDÍGENAS E CAMPONESES, TRANSFORMANDO ESTA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM MATERIAL DIDÁTICO.

(Consensual)

INCLUIR OS COLEGIOS INDÍGENAS NA LISTA DOS QUE RECEBEM A EXECUÇÃO DAS PROVAS: BRASIL E SAEB, COM A REALIZAÇÃO DE UM EXAME NESTE MODELO, MAS ESPECÍFICO PARA ESCOLAS INDÍGENAS, EM ANOS ALTERNADOS AOS DAS ESCOLAS NÃO-INDÍGENAS E COM A 1ª REALIZAÇÃO JA EM 2008.

35 Educação e Afrodescendência

ASSEGURAR, NO ORÇAMENTO DO ESTADO, OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 PARA AQUISIÇÃO DAS BIBLIOTECAS, DE ESCOLAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS NEGROS ORGANIZADOS, DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA DA LEI 10.639, CONTEMPLANDO A HISTÓRIA DA ÁFRICA, DOS NEGROS E AFRO-DESCENDENTES.

(Consensual)

IMPLEMENTAR A LEI 10.639/03 NOS MUNICÍPIOS ATRAVÉS DE AÇÕES CONJUNTAS NA CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS E PELO INCENTIVO DE PESQUISAS DE CAMPO ENVOLVENDO AS COMUNIDADES ESCOLAR E LOCAL PARA ELABORAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE SOBRE A CULTURA AFRO-DESCENDENTE.

(Consensual)

CRIAÇÃO DE COORDENAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS NOS DIVERSOS MUNICÍPIOS, DIRECS E NA SEC PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03, UTILIZANDO DAS PARCERIAS ENTRE OS MOVIMENTOS NEGROS, NEABS (NÚCLEOS DE ESTUDOS DE CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS) DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR E ÓRGÃOS CORRELATOS, ASSIM COMO PARA A CRIAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS QUE AGREGUEM AS PRODUÇÕES REALIZADAS NAS ESCOLAS E COMUNIDADES, BEM COMO PROMOVA INTERCÂMBIOS ENTRE CIDADES VIZINHAS PARA AFIRMAÇÃO DA LEI 10.639/03.

(Consensual)

IMPLEMENTAÇÃO DE POLITICAS PUBLICAS DE DESENVOLVIMENTO POTENCIALIZANDO AS EXPERIENCIAS EXISTENTES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, NOS TERRITORIOS/ SAB, MOVIMENTOS SOCIAIS (EFAS, ENTRE OUTROS)

RECONHECIMENTO E FINANCIAMENTO PUBLICO DAS EFAS, GARANTINDO AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA;

GARANTIR E ASSEGURAR OS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR;

A FORMAÇÃO DE CIENTISTAS AGRARIOS DO CAMPO;

O RECONHECIMENTO DA ESCOLA DO CAMPO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE UMA MATRIZ CIENTIFICO-TÉCNICA CAMPONESA A PARTIR DA FORMAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO AGRICOLA;

A RELAÇÃO NECESSARIA ENTRE CIENCIAS AGRARIAS E PEDAGOGICA NA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO;

AMPLIAR A DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA SER DISCUTIDA NO PROPRIO CAMPO;

DESENVOLVER EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS COM FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS EDUCADORES COM ATUAÇÃO NA ZONA RURAL, ASSIM COMO ELABORAR MATERIAL ESPECIFICO PARA ESSE PUBLICO;

GARANTIR EFETIVAMENTE O TRANSPORTE PARA OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO QUE ATUAM NO CAMPO;

RECURSOS PARA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECIFICO E CIRCULAÇÃO DOS JÁ EXISTENTES, BEM COMO O INCENTIVO À PESQUISA CIENTIFICA QUE ABORDA A TEMÁTICA RELACIONADA À HISTORIA DOS POVOS CAMPONESES, TRANSFORMANDO ESSA PRODUÇÃO ACADEMICA EM MATERIAL DIDATICO;

QUE OS DIREITOS A EDUCAÇÃO SEJAM RESPEITADOS E TODOS POSSAM TER ACESSO A ESCOLA ESPECIFICAMENTE AO PROGRAMA SABERES DA TERRA INDEPENDENTE DE IDADE;

10% DO PIB DESTINADO A EDUCAÇÃO DO CAMPO

PROJETO POLITICO PEDAGOGICO CONSTRUIDO PELOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO, SOCIALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS;

PROPOSTA CURRICULAR TRANSDISCIPLINAR CONSTRUIDA A PARTIR DAS VIVENCIAS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO POR UMA EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO;

PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CAMPO;

CRIAR UM CONCENSO ENTRE O ENSINO MÉDIO E EMPRESAS QUE TENHAM O SEU FOCO VOLTADO PARA O CAMPO (PRODUTORAS DE INSTRUMENTOS E MAQUINÁRIOS, POR EXEMPLO) PARA QUE OS JOVENS SAIAM DO ENSINO MEDIO COM EMPREGO GARANTIDO. SENDO QUE DURANTE ESSA RELAÇÃO: ENSINO MEDIO X EMPRESAS, SERIAM OFERECIDOS DIVERSOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES, EM DIVERSAS ÁREAS, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS EMPRESAS E OS ANSEIOS DOS ALUNOS. RESOLVENDO ASSIM, O PROBLEMA DA FALTA DE EMPREGO, OU OPÇÃO DEPOIS DO ENSINO MÉDIO;

INSERIR NOS CURRICULOS DOS CURSOS SUPERIORES DE LICENCIATURA A DISCIPLINA EDUCAÇÃO NO CAMPO;

REFORMULAÇÃO CURRICULAR COM BASE NA NOVA MATRIZ CIENTIFICA TECNOLÓGICA E SOCIO CULTURAL QUE CONSIDERE A AGROECOLOGIA COMO FUNDAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO CAMPO BRASILEIRO.

(Consensual)

GARANTIA DA INFRA-ESTRUTURA BASICA DAS ESCOLAS DO CAMPO CONSIDERANDO A AUTONOMIA PEDAGOGICA E DE GESTÃO TENDO COMO REFERENCIA AS EXPERIENCIAS EXISTENTES.

(Consensual)

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS ADEQUADOS AO CONTEXTO DO CAMPO.

(Consensual)

PROPOSTAS SELECIONADAS

PROPORCIONAR PARA TODAS AS ESCOLAS UM CURRÍCULO E UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA VOLTADA PARA A FIXAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO E DO HOMEM DO CAMPO. NESTE CONTEXTO QUE SE CONTRATE PROFESSORES: ENGENHEIRO AGRÔNOMO, VETERINÁRIA, TÉCNICO AGRÍCOLA, ASSISTENTE SOCIAL E AFINS, PARA QUE NUM DIA DA SEMANA NUMA FAZENDA MODELO NUCLEAR, TEMPORÁRIA E EXPERIMENTAL, COM AULAS PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS AGROPECUÁRIAS E DE SUAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS

ASSEGURAR A ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO SUPERIOR COM O APOIO DAS UNIVERSIDADES JUNTOS ÀS ESCOLAS DO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DA PERMANÊNCIA DOS JOVENS E ADULTOS DO CAMPO;

IMPLANTAR E IMPLEMENTAR BIBLIOTECAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES, COM FORMAÇÃO DE PESSOAL;

BUSCAR APOIO DAS UNIVERSIDADES JUNTOS ÀS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS PARA O FORTALECIMENTO DA PERMANÊNCIA DOS JOVENS E ADULTOS NO CAMPO;

GARANTIR UM CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO QUE VALORIZA O DIÁLOGO PERMANENTE DOS SABERES LOCAIS COM O UNIVERSAL.

GARANTIR O CUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO DO CNE/CEB/2002, QUE RESSALTA A FORMAÇÃO CONTINUADA DO EDUCADOR DO CAMPO;

CRIAÇÃO DE UM FUNDO ORÇAMENTÁRIO PARA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS CONTEXTUALIZADOS PARA O CAMPO (ESTADUAL E MUNICIPAL)

GARANTIAS DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS APROPRIADOS PARA AS ESCOLAS DO SEMI-ÁRIDO NO CAMPO E DA CIDADE;

CRIAR PARCERIAS COM O ESTADO PARA, FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DAS ESCOLAS AGRÍCOLAS PARA PROFISSIONALIZAÇÃO DE AGRICULTORES E SEUS DESCENDENTES;

CRIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E CURSOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS NAS EFAS UTILIZANDO A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA;

APROVAÇÃO DO PARECER PELO FIM DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NA CIDADE;

CONSTRUÇÃO DO PPP DA EDUCAÇÃO DO CAMPO;

GARANTIA DE 10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO BÁSICA SER AMPLIADA PARA O ENSINO SUPERIOR;

FORMAÇÃO CONTINUADA E ESPECÍFICA PARA EDUCADORES DO CAMPO;

SELEÇÃO ESPECÍFICA PARA OS EDUCADORES DO CAMPO

INSERÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CURRÍCULO ESCOLAR;

CONSTRUÇÃO DE CRECHES NOS ASSENTAMENTOS E DEMAIS COMUNIDADES CAMPONESAS;

ASSEGURAR O FINANCIAMENTO PÚBLICO E GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO. VIABILIZANDO A FORMAÇÃO CONTINUADA E CONTEXTUALIZADA PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, VALORIZANDO AS IDENTIDADES CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO MEIO, INCORPORANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS PLANOS ESTADUAL E MUNICIPAL;

REVISITAR E IMPLANTAR DIRETRIZES, LEGISLAÇÕES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA OS SISTEMAS DE ENSINO PROMOVEREM A CULTURA DO RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE DE GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NO COTIDIANO ESCOLAR.

(Consensual)

TRATAMENTO DAS QUESTÕES DE GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR, DE FORMA INSTITUCIONAL, A PARTIR DE AÇÕES E INSTRUMENTOS QUE POSSIBILITEM O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E RESPEITO À DIVERSIDADE.

(Consensual)

DESENVOLVER E AMPLIAR PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM SEXUALIDADE E DIVERSIDADE, VISANDO SUPERAR PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA SEXISTAS E HOMOFÓBICOS NO AMBIENTE ESCOLAR E ASSEGURAR QUE A ESCOLA SEJA UM ESPAÇO PEDAGÓGICO, LIVRE E SEGURO PARA TODOS/TODAS, GARANTINDO A INCLUSÃO E A QUALIDADE DE VIDA.

(Consensual)

ESTABELEECER O EIXO DA TRANSDISCIPLINARIDADE NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO BIO-PSICO-SOCIAL- ESPIRITUAL DO EDUCANDO, GARANTINDO UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E TEMPOS ESCOLARES QUE POSSIBILITEM A PRÁTICA DE UMA PEDAGOGIA VOLTADA PARA O HOMEM INTEGRAL E PARA A CULTURA DA PAZ, SEM OS IMPACTOS AMBIENTAIS (ORGÂNICOS, TÉRMICOS, SONOROS, LUMINOSOS, ETC).

(Consensual)

IMPLANTAR EQUIPES MULTIDISCIPLINARES POR UNIDADES ESCOLARES E POR DIRECs, COMPOSTAS POR PSICOPEDAGOGOS, ORIENTADORES, PROFESSOR ESPECIALIZADO, ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO, A FIM DE PROMOVER A CULTURA DA PAZ NA REDE PÚBLICA.

(Consensual)

CRIAR NAS UNIDADES ESCOLARES NÚCLEOS DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONSCIÊNCIA (NEACs) PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, GARANTINDO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO ESPECÍFICO PARA ESTE FIM.

(Consensual)

RETORNAR AO CURRÍCULO ESCOLAR A FILOSOFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL (1º À 8º SÉRIE) COM PROFISSIONAIS DA ÁREA.

- 1) CONSTAR NO CALENDÁRIO LETIVO ENCONTROS DE PROFESSORES E PAIS COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO EDUCACIONAL .
- 2) DOTAR AS ESCOLAS DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.

INSERIR AO CURRÍCULO ESCOLAR A DISCIPLINA. INICIAÇÃO À CONSCIÊNCIA E QUE ESTA SEJA TAMBÉM MINISTRADA PARA TODOS OS SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR.

LIBERAÇÃO DE UM PROFESSOR PARA TRABALHAR COM TEMAS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES HUMANAS. ESSE PROFISSIONAL PODERÁ DESENVOLVER ATIVIDADES COM DOCENTES, DISCENTES E FUNCIONÁRIOS.

CRIAR FÓRUMS DE ESTUDOS PERMANENTES SOBRE A CULTURA DA PAZ NO CONTEXTO ESCOLAR BEM COMO, EQUIPAR TODAS AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO COM ACERVO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O TEMA.

IMPLANTAR AÇÕES E PROJETOS DE INOVAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL, O DIÁLOGO, A CULTURA DA PAZ, SUGERINDO A IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE INVESTIGAÇÕES AVANÇADAS DA CONSCIÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES VISANDO O DESENVOLVIMENTO ESPIRITUAL, BIO, PSICO SOCIAL DO EDUCANDO EM SUJEITOS DE CONSTRUÇÃO MORAL AUTÔNOMO NUMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR.

GARANTIR E AMPLIAR O ENSINO DA ARTE EM TODAS AS SÉRIES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, O ACESSO A EXPERIMENTAÇÃO ARTÍSTICA E A BENS CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM OS DOCUMENTOS OFICIAIS, TAIS COMO LDB 9394/96, PCNS E OS RCNS, OFERECENDO CURSOS DE FORMAÇÃO (LICENCIATURA PLENA, ESPECIALIZAÇÕES E FORMAÇÃO CONTINUADA) EM ARTE E EDUCAÇÃO EM PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, EM DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO DA BAHIA.

(Consensual)

CRIAÇÃO DE CENTROS DE ARTE E EDUCAÇÃO PARA INTERCÂMBIO CULTURAL ENTRE AS DIVERSAS REGIÕES QUE COMPÕEM O ESTADO.

CONSTRUIR E ADEQUAR ESPAÇOS FÍSICOS APROPRIADOS PARA O ENSINO DAS ARTES NAS UNIDADES ESCOLARES, GARANTINDO A PERMANÊNCIA DA REGÊNCIA DE CLASSE PARA OS PROFESSORES QUE ATUAREM NESSES ESPAÇOS E GARANTIR A INSERÇÃO DESSE ITEM NOS PLANOS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

(Consensual)

CRIAÇÃO EMERGENCIAL DE UM FÓRUM DELIBERATIVO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM NA ÁREA DE ARTE NAS REDES ESTADUAL, MUNICIPAL E PRIVADA, PESQUISADORES DAS UNIVERSIDADES E ARTE-EDUCADORES DA SOCIEDADE CIVIL PARA DELIBERAR SOBRE NOMENCLATURAS; CURRÍCULO; FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS; METODOLOGIAS E CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS EDUCATIVOS APROPRIADOS PARA O FAZER, APRECIAR E CONTEXTUALIZAR AS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E O ESTABELECIMENTO DE INTERCÂMBIO CULTURAL PERMANENTE ENTRE AS DIVERSAS REGIÕES QUE COMPÕEM O ESTADO DA BAHIA.

(Consensual)

40 Aproximação do Mundo Juvenil ao Mundo da Escola: Discussão das Políticas Públicas para a Juventude

ASSEGURAR COM AS UNIVERSIDADES A CRIAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA, RELACIONADOS AO MUNDO JUVENIL, DANDO ACOMPANHAMENTO E MONITORIA AO ALUNO ALÉM DE CERTIFICADO E INCENTIVO FINANCEIRO

CRIAR ESPAÇOS FÍSICOS PARA QUE OS ALUNOS ENVOLVAM ATIVIDADES ESTUDANTIS, CULTURAIS E DE INTERESSE DA COMUNIDADE JUVENIL.

CRIAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DO JOVEM E ADOLECENTE NA ESCOLA, COM A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS COMO: PSICOPEDAGOGO, PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS. RESPEITANDO E VALORIZANDO AS SUAS DIFERENÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS

(Consensual)

PROMOVER CONVÊNIOS ENTRE IES (INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR), MUNICÍPIOS E ESTADOS, DESTINADOS A OFERTA DE CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA CUJOS CONTEÚDOS ESTEJAM RELACIONADOS AO MUNDO JUVENIL

(Consensual)

GARANTIR RECURSOS ESPECÍFICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESCOLARES NA COMUNIDADE QUE ENVOLVA O PROTAGONISMO JUVENIL.

(Consensual)

REVISAR OS CURRÍCULOS DAS LICENCIATURAS, DANDO ÊNFASE ÀS QUESTÕES DA ÉTICA, VALORES E ATITUDES QUE PERMEIAM A CONTEMPORANEIDADE.

1- IMPLEMENTAÇÃO DE UM A COMISSÃO INTERNA NA COMUNIDADE ESCOLAR PARA ACOMPANHAR E SOCIALIZAR A REALIDADE E ÀS QUESTÕES DA JUVENTUDE.

DEFINIR POLITICA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA ,INTEGRADA ENTRE AS ARÉAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

(Consensual)

NA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR NA SAÚDE EXIGIR NOÇÕES DE CONHECIMENTO DE EDUCAÇÃO , E NA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO EXIGIR NOÇÕES DE SAÚDE , QUANDO CONTRATANTE FOR ESTADO.

FORMAÇÃO DE UM "NÚCLEO INICIAL" PARA INTEGRAÇÃO EDUCAÇÃO E SAÚDE UTILIZANDO A TERAPIA COMUNITARIA COMO FERRAMENTO NORTEADORA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE PROJETO LOCAIS.

TRANSFORMAR O PROCESSO PEDAGÓGICO, TRANSFORMANDO AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE (AS PALESTRAS EM EXPOSIÇÕES DIALOGADAS COM TEMAS ESCOLHIDOS PELOS EDUCANDOS ,NÃO SENDO UMA MERAMENTE UMA MUDANÇA DE NOMES , COMO USO É "AGROTÓXICOS " E " DEFENSORES AGRÍCOLAS .

DESENVOLVER PROGRAMAS (COM PARCERIAS COM AS UNIVERSIDADES COM AS UNIVERSIDADES) QUE PREPAREM OS PROFESSORES PARA OS TEMAS "CRÍTICOS ' (COMO DROGAS , VIOLÊNCIA E SEXUALIDADE).

INCLUIR AS MERENDEIRAS NO PROCESSO DE DISCUSSÃO E EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL.

(Consensual)

NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PEMANENTE, NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .

INTRODUÇÃO DE TEMAS COMO :EDUCAÇÃO SEXUAL, DROGAS, VIOLÊNCIA , EDUCAÇÃO SANITÁRIA, NA EDUCAÇÃO DO PROFESSOR.

ARTICULAR SAÚDE EDUCAÇÃO NA CAPACITAÇÃO DAS ENFERMEIRAS E AGENTES COMUNITÁRIOS .

CRIAÇÃO DA CAMARA TÉCNICA INTERSETORIAL PARA ATUAR A NÍVEL LOCAL, MUNICIPAL , ESTADUAL E FEDERAL PARA ARTICULAR E DISCUTIR AS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E SAUDE, EM PERSPECTIVA INTERSETORIAL.

(Consensual)

DAR CONDIÇÕES PROPRIAS DE FUNCIONAMENTO AOS LABORATORIOS DAS ESCOLAS

REVER O LINK DA SEC QUE ATENDE OS NTEs PARA AMPLIAÇÃO DO MESMO.

GARANTIR OS DIREITOS DOS PROFESSORES FORMADORES LOTADOS NOS NTE CONFORME A LEGISLAÇÃO

ADQUIRIR , AMPLIAR, REESTRUTURAR E REGIMENTAR A INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DAS ESCOLAS SUPRINDO-AS DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS, INCLUINDO ACESSO A INTERNET DE ALTA VELOCIDADE, SALAS MULTIMÍDIAS, ALÉM DE CRIAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ACERVO PERTINENTE À INFORMÁTICA EDUCATIVA, PRIORIZANDO AS ESCOLAS DO INTERIOR E DO CAMPO, ATENDENDO SATISFATORIAMENTE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

(Consensual)

REVITALIZAR E FORTALECER AS AÇÕES DOS NTE, COM SUPORTE E MELHOR DEFINIÇÃO DE SUAS FUNÇÕES, BEM COMO PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DAS TICs COM SOFTWARE LIVRE, ALÉM DE ACOMPANHAR E AVALIAR TODO O PROCESSO NOS ÂMBITOS MUNICIPAL E ESTADUAL.

(Consensual)

MELHORAR OS PROGRAMAS DE INFORMÁTICA APLICADOS À EDUCAÇÃO, CRIANDO MECANISMOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA OS DOCENTES, ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS E PROFESSORES DOS NTE NAS UNIDADES DE ENSINO, INCLUSIVE AMPLIANDO O ATENDIMENTO À COMUNIDADE COMO FORMA DE LETRAMENTO DIGITAL.

(Consensual)

PROFESSORES FORMADORES QUE ATUAM NO NTE DEVEM TER FORMAÇÃO APROPRIADA SEGUNDO LDB E CURSOS SCRIPTU SENSU OU LATO SENSU, E CURSO DE LÍNGUAS PROMOVIDO PELA SEC.

43 Ressocialização e Reeducação

UTILIZAR O PIA (PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO) E UM PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZADO EM PEQUENOS GRUPOS COM CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES, PARA TODOS OS ESTUDANTES QUE APRESENTAREM DEFASAGEM SÉRIE IDADE MAIOR QUE DOIS ANOS PARA O FUNDAMENTAL, 1 E 3 ANOS PARA O FUNDAMENTAL 2, E PARA AQUELES QUE JÁ APRESENTAM INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO E DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO DE APRENDIZADO.

(Consensual)

GARANTIR O ATENDIMENTO SOCIO-FAMILIAR ATRAVÉS DE EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PARA ATENDIMENTO DE TODA A COMUNIDADE CONFORME DEMANDA, SENDO SERVIÇO VINCULADO À ESCOLA.

(Consensual)

GARANTIR O GRUPO DE ESTUDO SOBRE CONHECIMENTO DO ECA NAS UNIDADES ESCOLARES DE FORMA A CONTEXTUALIZAR OS TEMAS COM A QUESTÃO LEGAL NA PERSPECTIVA DE ESTUDOS DE CASO.

(Consensual)

44 Educação, Esporte e Lazer

IMPLEMENTAR UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATENDA AS DEMANDAS DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ARTICULANDO ENTES DA FEDERAÇÃO .

(Consensual)

GARANTIR RECURSOS FINANCEIROS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE CONTEMPLAM INFRA-ESTRUTURA , MATERIAL DIDÁTICO E PROJETOS CURRICULARES ESPECIAIS (FESTIVAIS , TORNEIOS E OUTROS), BEM COMO, REALOCAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO ESPORTE EDUCACIONAL DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO- COB PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

(Consensual)

REVISAR E REESTRUTURAR O ORDENAMENTO LEGAL DA EDUCAÇÃO EM ESPECIAL AO QUE TANGE AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO FÍSICA, EM VISTA A IMPLEMENTAR UM ORDENAMENTO LEGAL QUE GARANTA O DIREITO A TODOS OS EDUCANDO AO CONHECIMENTO DA CULTURA CORPORAL SEM QUALQUER TIPO DE DISCRIMINAÇÃO, A EX: EDUCANDO COM PROLE; ACIMA DE TRINTA ANOS; QUE CUMPRAM JORNADA DE TRABALHO MAIOR DE SEIS HORAS E OUTROS . OBSERVANDO A CONSONÂNCIA ENTRES OS ENTES DA FEDERAÇÃO.

(Consensual)

45 Educação e Economia Solidária

MUDAR O MODELO EDUCACIONAL DESENVOLVENDO UMA EDUCAÇÃO E CULTURA SOLIDÁRIA.
(Consensual)

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DOS PROFESSORES EM TEMAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.
(Consensual)

INCLUIR A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONTEXTO OBRIGATÓRIO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL.
(Consensual)

46 Trabalho Decente e Combate ao Trabalho Infantil

INCLUSÃO DO TEMA DISCUTIDO DO TRABALHO INFANTIL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E NOS
CONTEUDOS CURRICULARES.
(Consensual)

PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO NAS COMISSÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS
DO PETI COMO FORMA DE CRIAR UM DIALOGO PARA O DESENVOLVIMENTO EM CONJUNTO DE AÇÕES
SOCIO EDUCATIVAS PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO
(Consensual)

MAPEAMENTO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO NO PROCESSO DE MATRICULA ESCOLAR,
COMO FORMA DE AMPLIAR O DIAGNOSTICO E EMCAMINHAR AS CRIANÇAS AOS PROGRAMAS
EXISTENTES.
(Consensual)

47 Experiências Educativas do Movimento Sindical na Bahia

TRANSFORMAÇÃO DOS PROJETOS, TRABALHOS DOMÉSTICOS CIDADÃO E SEMEAR POLÍTICA PÚBLICA.

(Consensual)

LEVANTAMENTO DAS EMENDAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

(Consensual)

IMPLANTAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE NÚCLEO DE ESTUDO E APOIO PEDAGÓGICO QUE POSSIBILITE A EFETIVAÇÃO DOS ETUDOS SOBRE A ÁFRICA NOS MUNICÍPIOS NO PRAZO MÁXIMO DE UM ANO COM A FINALIDADE DE:

- CAPACITAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE ESTÃO NA ATIVA;
- BUSCAR BIBLIOGRAFIAS PRODUZIDAS POR AUTORES AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES;
- VALORIZAR E CONSTRUIR MATERIAL DIDÁTICO QUE POSSIBILITE UM CONHECIMENTO MENOS EUROCÊNTRICO.

CONSIDERAR AS EXPERIÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONAL.

(Consensual)

48 Educação e Sexualidade

DISPONIBILIZAR CARGA HORÁRIA PARA TRABALHAR COM O EDUCAR PARA A SEXUALIDADE E ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESTUDOS NA ESCOLA SOBRE SEXUALIDADE EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES

(Consensual)

PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO LEVANDO EM CONTA AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS, OBJETIVANDO COM ISSO, A INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, DISCENTES, SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E FAMÍLIA NA DISCUSSÃO DA TEMÁTICA PROPOSTA, DE PREFERÊNCIA, QUE SEJA UMA AÇÃO COMPARTILHADA ENTRE A SEC E A SESAB, CONTEMPLANDO OS (AS) EDUCANDOS (AS) COM NECESSIDADES ESPECIAIS

(Consensual)

INSERIR NOS LIVROS DIDÁTICOS TEMAS QUE TRATEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL, SOBRETUDO, NAS DISCIPLINAS BÁSICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

(Consensual)

IMPLEMENTAR CURSOS DE FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA, EM NÍVEL DE FORMAÇÃO INICIAL, CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E GARANTIR A INSERÇÃO DESSA TEMÁTICA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES.

(Consensual)

IMPLANTAR PROJETOS QUE PROMOVAM A INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA E A ESCOLA, BEM COMO TRABALHAR A EDUCAÇÃO PARA A NÃO-VIOLÊNCIA COMO UM DOS PRINCIPAIS TEMAS TRANSVERSAIS NOS CURRÍCULOS ESCOLARES.

(Consensual)

INSTITUIR COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE ENSINO PARA PROMOVER A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS AOS MAIS DIVERSOS SEGMENTOS ESCOLARES, BEM COMO CRIAR PROGRAMA PILOTO DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS FOCADO NO ALUNO, NO ÂMBITO DAS UNIDADES ESCOLARES.

(Consensual)

50 Saúde e Educação: Construção de caminhos e intersetoriais para efetivação de políticas integradoras

CONSTRUÇÃO DE FÓRUMS E CONFERÊNCIA DE SAÚDE E EDUCAÇÃO ENVOLVENDO TODOS OS SEGMENTOS SOCIAIS (GESTORES, TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E SAÚDE, COMUNIDADE ESCOLAR, MOVIMENTOS SOCIAIS, ONG'S, SOCIEDADE CIVIL) PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE.

(Consensual)

QUE HAJA UM ASSENTO GARANTIDO NOS CONSELHOS DE SAÚDE DE REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO NO PERCENTUAL RELATIVO AO GESTOR PÚBLICO (25%), E TAMBÉM QUE HAJA UM ASSENTO GARANTIDO NOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO DE REPRESENTANTES DA SAÚDE NO PERCENTUAL RELATIVO AO GESTOR PÚBLICO (25%).

(Consensual)

QUE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA (PPP), SEJA CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES DO TERRITÓRIO EM QUE A MESMA ESTEJA INSERIDA, NA PERSPECTIVA DE INCLUIR A SAÚDE COMO TEMA TRANSVERSAL NOS CURRÍCULOS, TRANSFORMANDO-A EM UM ESPAÇO PROMOTOR DA SAÚDE. COM ESTRATÉGIAS QUE VIABILIZEM A OPERACIONALIZAÇÃO DO REFERIDO PPP, COMO EXEMPLO: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E DA COMUNIDADE.

(Consensual)